

Boletim de Pastoral Litúrgica

SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA

32

OUTUBRO / DEZEMBRO
DE 1983

BOLETIM DE PASTORAL LITÚRGICA

Publicação trimestral do Secretariado Nacional de Liturgia

Propriedade da Conferência Episcopal Portuguesa

Director: ANÍBAL RAMOS

Redactor: JOSÉ FERREIRA

Administração: Boletim de Pastoral Litúrgica

Seminário de Aveiro — 3800 Aveiro

Telef.: 034-22172



Condições de assinatura anual:

Via normal

Via aérea

Continente, Açores e Madeira	250\$00	Estrangeiro . . .	500\$00
Outros países	350\$00	Este número avulso	50\$00

32

OUTUBRO — DEZEMBRO 1983

ANO VIII

Apresentação

Direcção

A Liturgia antes do Concílio Vaticano II

José Ferreira

A Constituição sobre a Sagrada Liturgia

Manuel da Silva Gaspar

Que falta fazer?

Aníbal Ramos

Modificações a introduzir nas novas edições
dos livros litúrgicos em língua portuguesa,
de acordo com o novo Código de Direito
Canónico

Tradução de José de Leão Cordeiro

É este número do Boletim dedicado, quase exclusivamente, à comemoração do 20.º aniversário da Constituição sobre a Sagrada Liturgia (SC).

Tendo sido o primeiro documento que o Concílio Vaticano II aprovou (4 de Dezembro de 1963), e sendo a Liturgia «simultaneamente o cimo para o qual se dirige a acção da Igreja e a fonte de onde promana toda a sua força», é justo que se celebre esta data que, além de sentimentos de gratidão, deve merecer-nos uma profunda reflexão sobre o papel real da Liturgia na Igreja do nosso tempo, sobre o que se fez nestas duas últimas décadas e ainda sobre o muito que está para fazer até à sua plena concretização.

Assim, e para situar, no contexto temporal, o significado da renovação litúrgica, que foi a mais extensa e profunda da Igreja ao longo da sua história multissécular, o Cónego José Ferreira apresenta a Liturgia cristã desde as suas origens, testemunhadas nos Actos dos Apóstolos, até ao Vaticano II, passando pelas evoluções mais características, pela reforma tridentina, pelo movimento litúrgico iniciado por D. Guéranger em França e dinamizado mais tarde por D. Lambert Beauduin na Bélgica, e ainda pela doutrinação e as reformas precursoras devidas a Pio XII.

O artigo do Cónego Manuel da Silva Gaspar procura mostrar, em síntese, o processo histórico do texto, e, também, recordar os aspectos mais significativos desta bela Constituição.

Mons. Aníbal Ramos segue os pontos mais significativos da Constituição e aponta o que falta fazer praticamente em todos eles, não deixando de concluir com Mons. Virgílio Noè, Secretário da Secção do Culto Divino da Congregação dos Sacramentos e Culto Divino — falta dar «o

passo mais difícil e mais longo, porque dura toda a vida: é necessário entrar em profundidade na nova Liturgia, para depois fazer entrar o povo, criando nele a disponibilidade às novas formas, a fim de que possa viver o seu conteúdo íntima e intensamente.

Vem por último, em primeira mão na sua versão portuguesa, um documento oficial da maior importância. Trata-se efectivamente das «Modificações a introduzir nas novas edições dos livros litúrgicos em língua portuguesa, de acordo com o novo Código de Direito Canónico».

O texto destas modificações, depois de uma eventual revisão, será submetido à aprovação da Conferência Episcopal e à confirmação da Sagrada Congregação, antes de ser incluído nos nossos livros litúrgicos.

Em comentário que segue o texto latino oficial publicado em NOTITIAE (n. 206, 1983), Pierre-Marie Gy, O. P. distribui estas modificações, que atingem 76 números dos Preliminares do Missal Romano e dos Rituais, em «quatro categorias: 1. um pequeno número de casos em que o novo Código volta à disciplina anterior àquela que a Sé Apostólica tinha adoptado nos novos livros litúrgicos; 2. os pontos mais numerosos em que o Código vai mais longe na reforma litúrgica ou simplifica a sua execução; 3. o caso particular da obsolescência dada modo generali a um grupo de penitentes sem prévia confissão individual; 4. a inserção nos livros litúrgicos de algumas prescrições canónicas que neles não figuravam anteriormente.»

Este Boletim não faz qualquer referência ao último Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica, porque o próximo número, já em preparação, lhe será totalmente dedicado.

A Liturgia antes do Concílio Vaticano II

Pela primeira vez na história, a Santa Igreja se propôs fazer uma «reforma geral da Liturgia». Decretou-a o Concílio Vaticano II (SC 21) e tem vindo a ser executada nos anos que se lhe seguiram. E porquê? Porque a Liturgia não estava sendo já, para o povo cristão, aquilo que constitui a sua própria definição, a «Oração da Igreja». Não o estava sendo, não dizemos em princípio, mas de facto, em relação à vida corrente das pessoas e das comunidades cristãs. Na realidade, a Liturgia não estava sendo já olhada pelos fiéis como a forma principal e normal da *sua* oração, como o fôra no princípio.

Nas origens da Liturgia cristã

Dende o início que os discípulos de Cristo, logo conhecidos pelo nome de «cristãos» (*Act.* 11, 26), se *reuniam* para a *oração*. Esta reunião recebeu o nome de *ecclesia*, assembleia, «igreja». A pregação dos Apóstolos, a fracção do pão (a Eucaristia), as orações, o sentido da comunhão fraterna, eram os elementos fundamentais de tais assembleias (*Act.* 2, 42 e 46).

Notemos a presença destes dois elementos: os crentes *reúnem-se* e *reúnem-se* para celebrarem os mistérios da sua fé, ou dito de maneira genérica, para a *oração*. Esta «oração» é a oração de todos e de cada um. É a assembleia da oração, a Igreja em oração. Não há dois planos de celebração: um litúrgico, oficial, tido como distante dos fiéis e directamente acessível quase só aos que viriam a ser designados com o nome de clérigos, e outro verdadeiramente de oração, paralelo ao primeiro, desti-

nado então aos que viriam a ser ditos os «leigos». Há a oração da assembleia cristã, presidida pelos Apóstolos, futuramente pelos seus sucessores ou seus delegados, a oração da «ecclesia», a oração da Igreja. Há simplesmente «Liturgia», e esta é a «Oração da Igreja».

É evidente que os cristãos oravam também individualmente, porque bem entendiam que é preciso «orar sem interrupção», como já se lê na primeira carta saída das mãos de S. Paulo e dirigida a uma comunidade cristã (*I Tes.* 5, 17); mas aquela oração das assembleias em que tomavam parte era verdadeiramente oração de cada um, a *sua* oração. Era então verdade, de facto, mais do que viria a ser no futuro, que a «Liturgia» (antecipemos o vocábulo, mas não a realidade) constituía a oração da Igreja, da assembleia dos cristãos reunidos em oração, quer fosse para ouvir a Palavra, quer para as orações, quer para a «Ceia do Senhor» (*I Cor.* 11, 20). E a unidade de vida em «um só coração e uma só alma» (*Act.* 4, 32) nascia da união na assembleia celebrante e nela se manifestava.

Mas os tempos e os lugares trouxeram perspectivas novas.

Evoluções posteriores

A Liturgia da Igreja nasceu com a «Igreja», em Jerusalém, se não quisermos ir buscar muitos dos seus elementos à «Sinagoga» do povo de Deus do Antigo Testamento. Mas à medida que a pregação do Evangelho ia atingindo outros lugares — e isso aconteceu desde muito cedo — a vida litúrgica das diversas Igrejas foi-se diversificando, sem por isso se fragmentar, o que só prova que ela, a Liturgia, era realmente a expressão viva da oração de cada uma dessas Igrejas. E assim foi durante muito tempo. O que é, todavia, impressionante é a unidade fundamental da Liturgia em Igrejas tão diferentes e tão distantes entre si, desde as costas do Atlântico até ao rio Eufrates, desde a África do Norte até ao Norte da Europa. Unidade no mistério celebrado e nos ritos fundamentais da sua celebração, ao mesmo tempo que grande diversidade na organização desses ritos.

Mas os tempos iam passando, e com eles as gentes e as circunstâncias da vida das próprias comunidades cristãs. No fim do século V, por exemplo, a sociedade do antigo império romano é, na sua maioria, cristã. A vida litúrgica deixa de ser descoberta de qualquer coisa de novo, para ser herança legada de geração em geração. Desaparece o catecumenado,

porque os sacramentos da iniciação são agora dados, na maior parte das vezes, a crianças; o sistema penitencial afasta muitos da Eucaristia; as invasões dos povos bárbaros modificaram por completo a face da terra europeia e do seu modo de vida.

A partir do século VIII-IX, a língua latina mantida na Liturgia deixa de ser entendida pelo povo. É certamente esta uma das causas maiores do distanciamento do povo em relação à Oração da Igreja.

Oração litúrgica, oração individual e orações populares

Em razão do seu conhecimento da língua latina e da especial consagração ao serviço de Deus, a oração litúrgica ia-se tornando, cada vez mais, oração dos clérigos, que tomaram à sua conta a participação directa e mais activa na celebração litúrgica. O povo reserva para si o papel de «espectador» e «assistente». Da «assembleia» celebrante passa-se à assembleia «assistente». O grande modo de participar é ouvir e ver. «Ver a hóstia» foi a grande devoção do século XIII. Nasce então a elevação da hóstia e do cálice e as genuflecções do celebrante em plena oração eucarística. Mas quase se não comunga; foi necessário então que aparecesse o preceito da comunhão anual, pela Páscoa (1215).

Paralelamente ao abandono da participação por parte do povo na Liturgia, existe forte movimento espiritual que havia de ver surgir toda a plêiade das Ordens chamadas Mendicantes e de influenciar, de maneira decisiva, a piedade popular, mais apoiada na sensibilidade e no subjectivismo, do que na linguagem bíblica, directamente inspiradora da oração litúrgica.

O povo cristão rezava, e muito; mas sobretudo à margem da Liturgia, ou até durante a Liturgia, mas sobrepondo-se a ela, porque esta já não era para ele a *sua* oração. E assim nasceu aquela infinidade de fórmulas que ou os fiéis ou os próprios ministros, incluindo o presidente, recitavam intercaladas nos textos normais da celebração, algumas das quais vieram até ao nosso tempo.

No que se refere à compreensão que se tinha da celebração litúrgica basta observar como se explicava a celebração da Missa e como se rezava durante ela. Desde os princípios do segundo milénio que se começou a ver na celebração da Missa como que a encenação da Paixão. Palavras e ritos foram interpretados como momentos simbólicos evocativos dos diversos passos da Paixão do Senhor. Tais explicações vieram até ao nosso

tempo. Tinha-se perdido o sentido da sacramentalidade, na sua significação mais profunda. Tudo era jogo cénico, evocação psicológica, subjectivismo sentimental. Tudo, não. A vida de fé das pessoas servia, grande parte das vezes, de suporte firme a tais expressões. Contemporâneas do renascimento clássico e pagão, foram as extraordinárias figuras de santidade que avultaram, grandes, nos séculos XV, XVI e XVII. O Espírito não se apagava, e agia na acção litúrgica; mesmo se a sua acção não era muito perceptível através dos sinais da Liturgia.

O Concílio de Trento

O século XVI foi doloroso para a Igreja. Não era só na Liturgia que as coisas não iam bem. No entanto, muitos não conseguiram contestar a Igreja na única perspectiva donde ela o pode ser de maneira autêntica e eficaz, a saber, de dentro dela mesmo. Foi o que procurou fazer o Concílio reunido em Trento (1545-1563). Entre outras, também a área da Liturgia precisava de ter a sua reforma. E bem dela necessitava. O elenco de «abusos» relacionados com a celebração da Eucaristia apresentado ao Concílio é disso a prova suficiente. É certo que o Concílio não chegou a ocupar-se muito directamente de Liturgia. Apesar disso, as definições dogmáticas sobre vários pontos da fé cristã não podiam deixar de trazer implicações litúrgicas.

Para obviar aos «abusos» que desfiguravam a sua verdadeira face, o Concílio propôs-se reencontrar a Tradição genuína da Liturgia, reconduzindo-a «à norma dos Santos Padres». Com os elementos de que então se podia dispor sobre a história da Liturgia dos primeiros séculos, começou a fazer-se a revisão dos livros litúrgicos. A reforma litúrgica tridentina não iria aliás muito além da reforma dos livros. Estes foram sendo sucessivamente publicados ao longo dos 50 anos seguintes. A descoberta da imprensa facilitava esta publicação.

Os livros litúrgicos do século XVI eram fundamentalmente livros dos ministros da Liturgia, e quase exclusivamente do presidente. Da assembleia quase se não falava.

Por outro lado, estes livros, se purificaram e reorganizaram a celebração, com critérios de maior simplificação e clareza, uniformizaram também e fixaram definitivamente a Liturgia no imobilismo que nunca antes ela tinha conhecido. Começava a «era dos rubricistas». Toda a actividade litúrgica dos séculos seguintes ao Concílio quase se reduziu a

comentários jurídicos e rubricistas feitos aos livros litúrgicos e aos Decretos da S. Congregação do Ritos, criado a seguir ao Concílio de Trento (1587) para acompanhar a execução da reforma litúrgica empreendida pelo mesmo.

Esta situação percorreu todos os 4 séculos, exactamente 4 séculos (4 de Dezembro de 1563 — 4 de Dezembro de 1963) que separaram o Concílio de Trento do Concílio Vaticano II. Caberia a este último realizar o que o primeiro desejou, mas, por então, não conseguiu. (*II Pe* 3, 8; cf. *Sl.* 89, 4).

O movimento litúrgico

No final do século XIX, a Liturgia voltou a ser objecto de especial atenção, mas, desta vez, em perspectivas que, dentro em breve, seriam o que hoje se chamariam pastorais. Começou esse notável movimento aliado à restauração, em França, da ordem beneditina, sob o impulso de D. Guéranger, restaurador do mosteiro de Solesmes (1837). O movimento, a princípio monástico e bastante voltado para o passado, voltou-se depois para o mundo dos leigos. Tomou corpo sobretudo na Bélgica, onde, em 1909, se proclamou, quase oficialmente, *Movimento litúrgico*. Ficou a dever-se este movimento ao dinamismo espiritual de D. Lambert Beauduin (1873-1960), antigo capelão de mineiros, agora monge beneditino do recente mosteiro de Mont- César (1899), em Louvain. O objectivo deste movimento era trazer o povo cristão à participação activa no mistério e na celebração da Liturgia.

Este movimento tinha sólidos alicerces na palavra enérgica do grande pastor que foi S. Pio X (1904-1914). Três meses depois de eleito, no seu primeiro grande documento pontifical, o célebre *Motu proprio* sobre a Música sacra, de 22 de Novembro de 1903, o Papa apresentava a participação dos fiéis nos mistérios da Liturgia como a fonte primária e indispensável do espírito verdadeiramente cristão, palavra que o Concílio Vaticano II fez sua e introduziu na Constituição sobre a Sagrada Liturgia (SC 14).

O movimento cresceu, mas foi sobretudo a partir da primeira Grande Guerra (1914-1918) e, mais ainda, durante e depois da segunda (1939-1945) que se foi sentindo, cada dia mais, a necessidade de levar os fiéis a participarem directamente na Liturgia, de sorte que ela fosse para

eles, em princípio e de facto, a sua oração, como membros que eram da Igreja orante.

Nalguns países mais do que noutros, sentia-se, de dia para dia, o entusiasmo crescente pela redescoberta da Liturgia como expressão normal da Igreja em oração. Foi-se ultrapassando a oposição, a princípio dolorosa, entre oração pessoal e oração litúrgica, entre oração individual e oração comunitária. E, simultaneamente, ia-se desvendando o mistério da própria Igreja.

Pio XII (1938-1958), que não era, por formação, homem da liturgia, mas o era, por situação eclesial, — era o Papa —, lançou as raízes doutrinais, para aquele tempo, das futuras grandes reformas. As encíclicas *Mystici Corporis* sobre a Igreja, Corpo místico de Cristo (1942), e *Mediator Dei* sobre a Liturgia (1947) foram marcos muito importantes na pré-história próxima da reforma litúrgica, que ele próprio iria em breve encetar. Foi, de facto, Pio XII quem começou a reforma da Liturgia. Lembremos alguns momentos da mesma: a admissão da língua vernácula (Rituais bilingues e Missal bilingue), a reforma da Vigília pascal (1951), seguida da de toda a Semana Santa (1955)), a simplificação do jejum eucarístico, as missas vespertinas (quotidianas), uma nova tradução do Saltério admitida na Liturgia, a encíclica *Musicae sacrae* (1955), o I Congresso Internacional de Liturgia (1956), que tanto brado havia de dar e que o próprio Papa quis encerrar; e, a poucos dias da morte, como seu testamento espiritual, seria ainda, já no leito onde morreu, a Instrução *De Música Sacra et de Sacra Liturgia* (1958).

Seria desconhecer a história, aliás bem recente, da reforma da Liturgia, ainda em curso (e alguma vez mais terminará?...), atribuí-la inicialmente e até exclusivamente ao Concílio. Talvez seja mais exacto dizer que foi a reforma litúrgica, então já iniciada, um dos maiores, senão o maior, propulsor da realização do Concílio Vaticano II. Pelo menos, foi pela Liturgia que ele começou, e o esquema, apresentado aos Padres conciliares e que depois veio a ser aprovado, embora com muitas correcções, foi o único que não precisou de ser substituído por outro, tal era o grau de maturidade que o assunto tinha atingido em grandes sectores da Igreja (não em todos!).

João XXIII mandou ainda publicar o novo *Codex Rubricarum*, que simplificava muito certas normas da celebração e deixava prever que, a breve trecho, uma reforma global estaria iminente.

Foi por onde começou o Concílio Vaticano II, que o mesmo Papa havia de inaugurar no dia 11 de Outubro de 1962 e cujo primeiro fruto

foi precisamente a *Constituição Conciliar sobre a Sagrada Liturgia*. Fazia nesse dia 4 de Dezembro de 1962 exactamente 400 anos que terminara o Concílio de Trento, colocando nas mãos do Papa de então, S. Pio V, o *Breviário e o Missal* reformados, com o pedido de que quisesse mandá-los publicar e mandar em seguida preparar a reforma e a publicação dos restantes livros litúrgicos. 400 anos depois seria retomada a obra então começada. Mas, «mil anos a vossos olhos... são como um dia», tinha escrito, há muitos séculos, o primeiro Papa (*II Pe* 3, 8; cf. *Sl.* 89, 3).

JOSÉ FERREIRA

A Constituição sobre a Sagrada Liturgia

INTRODUÇÃO

Concílio Ecuménico é a assembleia dos bispos de todo o orbe católico, convocada pelo Papa para tratar de assuntos de toda a Igreja.

Contando com o último, foram 20 os concílios ecuménicos realizados através da história da Igreja.

Um concílio tira o nome do lugar onde se realiza. Este último foi o 2.º do Vaticano, porque os bispos se reuniram na Basílica do Vaticano, onde também se realizou o XIX concílio ecuménico, o 1.º do Vaticano, de 1869-1870.

Este foi anunciado pelo Papa João XXIII, em Roma, na Basílica de S. Paulo extra-muros, em 25 de Janeiro de 1959. Palavras textuais: «Consideramos como uma inspiração do Altíssimo o pensamento de convocar um concílio ecuménico» (Cónego Vaz Pinto em *O Concílio e a Sagrada Liturgia*, pág. 16).

O CONCÍLIO

João XXIII começou imediatamente o trabalho de preparação. Logo em 17 de Maio seguinte (1959) anunciava a nomeação da Comissão Preparatória. Esta solicitou aos bispos de toda a Igreja, aos superiores religiosos e até às Universidades católicas pareceres e sugestões sobre os temas a tratar no Concílio. Foram para cima de 2 000 respostas, que formaram 16 volumes in 4.º, num total de 10 045 páginas (H. Schmidt, *La Constitution de la Sainte Liturgie*, pág. 67).

Seleccionados os assuntos, de 5 de Junho de 1960 a 21 de Setembro de 1961, foi então constituída uma Comissão Preparatória unicamente para a Liturgia, comissão deliberadamente internacional e na sua maior parte formada por especialistas. Esta foi ainda ramificada em 13 sub-comissões.

Entretanto, o Papa anunciava, em 25 de Dezembro de 1961, que o Concílio seria convocado para o ano seguinte: 1962. Em 20 de Fevereiro deste ano marcava-lhe a abertura para 11 de Outubro seguinte.

E assim aconteceu. Esta 1.^a sessão iria até 8 de Dezembro (1962).

Iniciado o Concílio, eram apresentados 7 esquemas aos Padres-conciliares. Assuntos: 1) Fontes da revelação; 2) Conservação do tesouro da Fé; 3) A moral cristã; 4) A castidade, a família e a virgindade; 5) A Santa Liturgia; 6) Meios de comunicação social; 7) A unidade da Igreja (H. Schmidt, op. cit. pág. 74).

Por onde começar?

Logo na 2.^a congregação geral, em 16 de Outubro, resolveram os Padres começar pela Liturgia. Além de outras razões, era o esquema mais bem feito e que melhores condições apresentava para ser discutido.

Na 3.^a congregação geral, em 20 de Outubro, foi apresentada a Comissão Conciliar de Liturgia, composta de 16 membros eleitos pelos Padres e mais 8 nomeados pelo Papa. Presidia o Cardeal Larraona. Foi esta Comissão que teve o trabalho de rever todo o esquema e introduzir-lhe as emendas e propostas dos Padres.

De 29 de Outubro a 13 de Novembro (1962) foi discutido o esquema em 15 congregações gerais. Os Padres dedicaram-lhe cerca de 30 horas. Houve 120 intervenções verbais e muitas outras por escrito.

Na 19.^a congregação, em 14 de Novembro, pediu-se um voto de aprovação na generalidade. Resultado: 2 162 a favor, 46 contra e 7 boletins nulos.

Foi uma surpresa este resultado, pois nas intervenções tinha havido críticas duras, algumas das quais chegavam até a apontar numerosos erros teológicos no esquema.

Com este resultado, vinha ao de cima que não tinha sido em vão o trabalho dos pioneiros, os progressos dos pontificados anteriores, nomeadamente de Pio XII e de João XXIII.

Esta 1.^a sessão terminou em 8 de Dezembro de 1962. A 2.^a foi anunciada para 1963.

Entretanto a 4 de Junho (1963) falecia João XXIII. Sucedeu-lhe Paulo VI, que imediatamente ordenou a continuação do Concílio.

A 2.^a sessão começou em 29 de Setembro de 1963.

Na congregação geral de 22 de Novembro, 60.^o aniversário do «motu próprio» de S. Pio X «Tra le sollecitudini», fez-se a votação do texto definitivo ou quase. Votaram a favor 2 158, contra 19 e 1 nulo.

No dia 4 de Dezembro de 1563 encerrou-se o Concílio de Trento, que tanta importância teve para a Igreja, nomeadamente para a vida litúrgica. Basta dizer que o Breviário de 1568, o Missal de 1570 e o Pontifical de 1588 foram lei até esta Constituição.

Em 4 de Dezembro de 1963, exactamente 4 séculos depois do encerramento do Concílio de Trento, o II Concílio do Vaticano encerrava a 2.^a sessão com a promulgação da «Sacrosanctum Concilium», que punha fim ao período tridentino.

Na altura própria, Mons. Felici, secretário geral do Concílio, leu o texto definitivo.

Seguiu-se a votação: 2 147 votos a favor e 4 contra. Então Paulo VI deu à sua aprovação e fez a promulgação. Iria entrar em vigor em 16 de Fevereiro do ano seguinte: 1964.

Surgiu assim este documento que seria o princípio e o fundamento duma era nova na Igreja no que respeita à Liturgia. Ali estava a fonte donde iriam nascer todas as reformas litúrgicas posteriores, principalmente nos 10 anos seguintes, levadas a cabo por esse gigante que foi Paulo VI, que deu à Igreja os instrumentos para uma renovação completa.

O Concílio só terminaria em 8 de Dezembro de 1965.

A CONSTITUIÇÃO

Tem 7 capítulos:

- 1.^o — Princípios gerais em ordem à reforma e incremento da Liturgia.
- 2.^o — O mistério eucarístico.
- 3.^o — Outros sacramentos e sacramentais.
- 4.^o — Ofício divino.
- 5.^o — Ano litúrgico.
- 6.^o — Música sacra.
- 7.^o — Arte e alfaías litúrgicas.

O capítulo 1.^o — Princípios gerais — está dividido em 5 partes:

- I — Natureza da Sagrada Liturgia e sua importância na vida da Igreja;
- II — Educação litúrgica e participação activa;
- III — Reforma da Sagrada Liturgia;
- IV — A vida litúrgica na diocese e na paróquia;
- V — Incremento da acção pastoral litúrgica.

Por sua vez, a 3.^a parte do capítulo 1.^o — reforma da Sagrada Liturgia —, ainda tem 4 alíneas:

- A — Normas gerais;
- B — Normas que derivam da natureza hierárquica e comunitária da Liturgia;
- C — Normas que derivam da natureza didáctica e pastoral da Liturgia;
- D — Normas para uma adaptação à índole e tradição dos povos.

ALGUNS PONTOS

Que nos trouxe de novo esta Constituição?

Pessoalmente creio que foi uma viragem completa para o comum dos cristãos. Só o Espírito Santo, numa efusão abundante, conseguiu que os homens da Igreja produzissem documento tão admirável.

Não podendo fazer uma análise completa, vou limitar-me a algumas particularidades:

1) *A presença de Cristo na Liturgia e a própria noção de Liturgia*: «Cristo está sempre presente na Igreja, especialmente na acção litúrgica. Está presente no Sacrifício da Missa, tanto na pessoa do ministro, como e sobretudo sob as espécies eucarísticas. Está presente com o seu dinamismo nos sacramentos... Está presente na sua palavra, pois é Ele que fala ao ser lida na Igreja a Sagrada Escritura. Está presente, enfim, quando a Igreja reza e canta» (n.º 7).

E ainda: «Com razão se considera a Liturgia como exercício da função sacerdotal de Cristo. Ela simboliza através de sinais sensíveis e realiza em modo próprio de cada um deles a santificação dos homens; nela o Corpo Místico de Jesus Cristo — Cabeça e Membros — presta a Deus o culto público integral» (n.º 7).

Por isso, «a Liturgia é simultaneamente meta para a qual se enca-minha a acção da Igreja e fonte de onde promana toda a sua força» (n.º 10).

2) *A participação na acção litúrgica*

Esta participação «plena, consciente e activa», exigida pela natu-reza da Liturgia, é, por força do Baptismo, um direito e um dever do povo cristão» (n.º 14).

«Deve dar-se a maior atenção a esta plena e activa participação dos fiéis», e «os pastores de almas devem procurá-la com o máximo em-penho, através da devida educação» (n.º 14).

É este «um dos mais importantes múnus do dispensador fiel dos mistérios de Deus» (n.º 19).

E a propósito da participação na Missa, diz o n.º 48: «É por isso que a Igreja procura que os cristãos não entrem neste mistério de fé como estranhos ou expectadores mudos, mas participem na acção sagrada, cons-ciente, activa e piedosamente, por meio de uma boa compreensão dos ritos e orações.»

Evidentemente esta participação leva cada um a fazer tudo e só o que lhe compete (n.º 28).

Daqui, a formação contínua dos sacerdotes (n.º 14), a formação litúrgica nos Seminários e casas de estudo dos religiosos, nas faculdades de teologia das universidades, feita por professores especializados, além de um ambiente onde se desenvolva a vida litúrgica (n.ºs 43, 44, 45 e 46).

Daqui também as comissões nacionais, diocesanas, etc., com a possí-vel criação de um instituto apropriado (n.ºs 43, 44, 45 e 46).

3) *A Liturgia, nos seus ritos, deixou de ser monolítica. Daí a adaptação à índole e à tradição dos povos.*

«Não é desejo da Igreja impor, nem mesmo na Liturgia, a não ser quando está em causa a fé e o bem de toda a comunidade, uma forma única e rígida, mas respeitar e procurar desenvolver as qualidades e dotes de espírito das várias raças e povos» (n.º 37).

4) *O valor dado à Palavra de Deus em toda a celebração litúrgica,* «para se ver claramente que na Liturgia o rito e a palavra estão intima-mente ligados» (n.º 35) foi uma das maiores restaurações litúrgicas. Le-mos no n.º 51. «Prepare-se com a maior abundância a mesa da Palavra de Deus; abram-se largamente os tesouros da Bíblia, de modo que, dentro de certo número de anos, sejam lidas ao povo as partes mais importantes da Sagrada Escritura.» Tanto na Missa como nos outros sacramentos,

5) *A restauração da oração universal*, «especialmente nos domingos e festas de preceito» (n.º 53).

6) *O uso da língua vernácula*. Foi assunto que levantou muita celeuma mesmo no próprio Concílio, mas que veio definitivamente.

7) *A concelebração* que «manifesta bem a unidade do sacerdócio» (n.º 57). E lembrar-nos que, no dia em que a Constituição foi promulgada, a Missa foi celebrada pelo Cardeal Tisserant, à qual já responderam os Padres, mas ainda não concelebraram.

8) *As normas para a revisão dos ritos dos sacramentos* deram já como fruto os diversos rituais. Pena é que o seu verdadeiro espírito ainda não tenha chegado a muitos daqueles que os celebram, a começar pelos ministros. As chamadas introduções, mandadas fazer pela Constituição, são absolutamente indispensáveis para se compreenderem os ritos.

9) *O Ofício divino* recebeu um sentido completamente novo, embora de regresso ao antigo. Basta esta simpels frase do n.º 84: «O Ofício divino, segundo a antiga tradição cristã, destina-se a consagrar, pelo louvor a Deus, o curso diurno e nocturno do tempo.»

10) Quanto ao *ano litúrgico*, já se avançou muito a partir da Constituição. Mas, ainda temos que fazer mais descobertas. É o que estamos a fazer com o tempo pascal.

11) As normas quanto à *música sacra* têm sido divulgadas nestes Encontros por pessoas competentes. Por isso passo adiante.

12) Quanto ao último capítulo, sobre *arte sacra e alfaia litúrgicas*, cito o n.º 124: «Ao promoverem uma autêntica arte sacra, prefiram os ordinários, à mera sumptuosidade, uma beleza que seja nobre. Aplique-se isto mesmo às vestes e ornamentos sagrados. Tenham os bispos todo o cuidado em retirar da casa de Deus e de outros lugares sagrados aquelas obras de arte que não se coadunam com a fé e os costumes e com a piedade cristã, ofendem o genuíno sentido religioso, são más na forma ou insuficientes, medíocres e falsas na expressão artística.»

E ainda do n.º 125: «Mantenha-se o uso de expor imagens nas

igrejas à veneração dos fiéis. Sejam, no entanto, em número comedido e na ordem devida, para não causar admiração aos fiéis nem contemporizar com uma devoção menos correcta.»

CONCLUSÃO

Passaram-se 20 anos.

Já se fez muito para pôr em prática esta Constituição. Basta lembrar a obra monumental que foi preparar e publicar os livros litúrgicos. Basta lembrar estes encontros. Mas ainda resta tarefa imensa para realizar.

Penso que o grande mal tem sido, e continua a ser, procurar nela apenas as determinações e normas exteriores. É o que se chama «deitar vinho novo em odres velhos» e «remendo novo em pano velho.»

Talvez tenhamos ainda de a ler muitas vezes, para lhe assimilarmos o espírito e captarmos a vida nova que dela dimana.

P.º MANUEL DA SILVA GASPAR

Que falta fazer?

O Concílio do Vaticano II propôs-se fomentar a vida cristã entre os fiéis, adaptar ao nosso tempo as instituições susceptíveis de mudança e promover a união de todos os crentes em Cristo. Julgou, também, ser seu dever interessar-se, de modo especial, pela reforma da Liturgia (SC 1).

1. Depois de estabelecer os princípios gerais da renovação litúrgica e de tratar da natureza da Liturgia e da sua importância na vida da Igreja, considerou «absolutamente necessário» que se resolvesse, em *primeiro lugar*, o problema da *formação litúrgica do clero* — e estabeleceu que fossem convenientemente formados os professores de Liturgia nos Seminários, devendo, para isso, a Liturgia ser tida, nos Seminários e casas de estudo de religiosos, por uma das disciplinas necessárias e mais importantes, e, nas Faculdades de Teologia, como disciplina principal (SC 14, 15 e 16).

Há um consenso generalizado, no nosso País, sobre a falta de aplicação desta norma conciliar e sobre a deficiente formação litúrgica do clero saído dos nossos Institutos teológicos e da nossa Universidade Católica.

2. De entre as normas que derivam da natureza hierárquica e comunitária da Liturgia, sobressai aquela que especifica que, pertencendo a acção litúrgica a todo o Corpo da Igreja concretizado na assembleia, *se limite cada um*, ministro ou fiel, a *fazer tudo e só* o que é da sua competência.

Pois continua a ser frequente, nas celebrações com um padre a presidir ou com vários padres a concelebrarem, que os ministérios

pertencentes aos leigos sejam desempenhados só pelo ou pelos padres (SC 26-32).

3. A Constituição conciliar apresenta normas que derivam da natureza didáctica e pastoral da Liturgia, depois de afirmar que a Liturgia é «fonte abundante de instrução para o povo fiel». Entre estas normas, ocupa lugar cimeiro a leitura da Palavra de Deus, a pregação baseada na Escritura e na Liturgia, a catequese litúrgica e a celebração da Palavra de Deus nas vigílias das festas mais solenes e nos domingos e dias de festa.

Se a leitura da Palavra de Deus, que é obrigatória em todas as celebrações litúrgicas, se vai fazendo com maior ou menor cuidado — por vezes, é muito mal feita — a pregação, não raro, afasta-se da Escritura e da Liturgia e trata de temas que não têm a mínima ligação com as leituras que a assembleia acabou de escutar (SC 33-35).

4. A fim de desenvolver na Igreja a acção pastoral litúrgica, o Concílio determinou que se criasse uma *Comissão Litúrgica*, a nível da autoridade eclesiástica territorial competente (nacional ou interdiocesana), com especialistas em Liturgia, Música, Arte Sacra e Pastoral.

Deve também criar-se em cada diocese, uma Comissão de Liturgia para promover a pastoral litúrgica, além de Comissões de Música e Arte Sacra (SC 43-46).

Os participantes destes Encontros conhecem as suas dioceses melhor do que eu e podem, por isso, verificar facilmente se existem estas comissões diocesanas e se, existindo, funcionam com um mínimo de competência e eficácia.

5. Para que a Missa alcance plena eficácia pastoral, o Concílio determinou que o Ritual da Missa fosse revisto, de modo a manifestar melhor tanto a estrutura de cada uma das partes como a sua mútua conexão, a fim de facilitar a participação consciente, piedosa e activa dos fiéis.

Como se sabe, o Missal foi remodelado e a instrução geral que o antecede e explica, constitui uma riqueza inesgotável e uma ajuda preciosa, — mas ainda por descobrir e utilizar por boa parte do clero e dos leigos.

A edição portuguesa desta Instrução Geral, editada pelo nosso Secretariado em 1979, esgotou-se em poucos anos, é certo; isso, porém,

não nos torna optimistas a respeito da compreensão e vivência da celebração da Missa, que «é o centro de toda a vida cristã, tanto para a Igreja, quer universal quer local, como para cada um dos fiéis» (IGMR 1).

Embora reconheça que nem sempre se poderá conseguir a presença e a participação activa dos fiéis (IGMR 4), a Instrução parte do princípio de que a Missa é sempre um acto comunitário, mesmo quando não há assembleia e a participação se reduz apenas ao ajudante, e recomenda que «não se celebre sem a presença de um ministro, ou, ao menos, de um fiel a não ser por causa justa e razoável» (IGMR 211).

Ainda se continuam a verificar algumas preocupações pelos ritos que as novas normas estabelecem — em geral, com largas possibilidades de adaptação às circunstâncias e às assembleias concretas — mas já não se nota o mesmo cuidado pelo conhecimento das razões teológicas, das explicações litúrgicas e dos critérios pastorais que os justificam e esclarecem.

6. Os Sacramentos da fé e os Sacramentais promanam do Mistério pascal e são ordenados para a santificação de todos os passos da vida dos fiéis.

O Concílio determinou que se fizesse a revisão dos rituais, adaptando-os às necessidades do nosso tempo. Os rituais foram aparecendo, enriquecidos com preliminares ou introduções de uma profundidade teológica e de uma oportunidade pastoral que os tornam fonte indispensável de estudo e reflexão.

Os rituais estão traduzidos e alguns deles vão na segunda edição. Falta publicar o Ritual da dedicação da igreja e do altar, embora a sua parte principal esteja traduzida em vernáculo e até seja usada com certa frequência nas bênçãos das igrejas e capelas.

O Ritual da Iniciação Cristã dos Adultos é mesmo considerado pelos nossos Bispos na sua Mensagem ao Povo de Deus, por ocasião do aniversário da visita do Santo Padre, como «um dos livros litúrgicos mais importantes do pós-Concílio e talvez o que mais exige à acção pastoral em criatividade, empenhamento dos pastores e contribuição das comunidades».

Mas não basta que os rituais estejam traduzidos e editados para que se promova a pastoral litúrgica. São um instrumento necessário e indispensável, mas supõem a sua utilização correcta e oportuna.

É sabido que falta a revisão final do Missal Romano, sobretudo

o Missal de Altar. Haja ao menos a esperança de que, também aqui, se possa vir a verificar a frase evangélica de que «os últimos serão os primeiros».

7. Sobre o Ofício Divino, que «se destina a consagrar, pelo louvor de Deus, o curso diurno e nocturno do tempo», e que, quando rezado pelos fiéis juntamente com o sacerdote, é verdadeiramente a oração que Cristo, unido ao seu Corpo, eleva ao Pai — o Concílio ordenou que se fizesse a revisão da sua estrutura tradicional e a correspondência das «horas» aos seus respectivos tempos, tendo em conta as condições da vida de hoje.

Os participantes dos nossos Encontros nacionais sabem, por experiência, como é rica e interiorizante a oração da Igreja. Mas falta ainda que esta riqueza seja partilhada por todo o povo de Deus. As edições portuguesas da Liturgia das Horas têm-se esgotado em pouco tempo. A última versão integral está a acabar de se publicar em 4 volumes, mas a edição mais popular das «Laudes, Vésperas e Completas» encontra-se esgotada, tendo-se já iniciado, no entanto, a preparação de nova edição, que irá servir os cristãos e as comunidades religiosas de Angola e Portugal.

Há ainda uma grande distância a percorrer até que seja posta em prática a IGLH (21) quando diz: «as outras assembleias dos fiéis, entre as quais há a destacar as paróquias como células da diocese... celebrem as Horas principais, quanto possível, na igreja e em forma comunitária».

A redução das acções comunitárias dominicais à celebração exclusiva da Eucaristia muito contribui para que se torne impossível ou extremamente difícil a celebração das Horas e de outros actos de oração cristã cuja legitimidade ninguém pode negar.

8. Sobre o Ano Litúrgico, ao longo do qual a Igreja distribui todo o mistério de Cristo, desde a Incarnação e Natal à Ascensão, ao Pentecostes e à expectativa da vinda do Senhor (SC 102), o Concílio não deixa de referir expressamente a especial veneração nele prestada à Bem-aventurada Virgem Maria e também a veneração da memória dos Mártires e dos outros Santos, que cantam a Deus no Céu o louvor perfeito e intercedem por nós (SC 103/4).

No Ano Litúrgico, o Domingo é «o principal dia de festa» a propor aos fiéis e não deve, por isso, ser sacrificado a outras celebrações (SC 106).

Quem não vê, de imediato, o muito que falta fazer para que os cristãos compreendam assim o Ano Litúrgico, a começar pelo Domingo, que é o seu fundamento e o seu centro?

Quem não repara nos inconvenientes dos muitos domingos que as organizações internacionais mais respeitáveis dedicam à celebração de valores e de acontecimentos dignos de respeito, por certo, mas nem sempre de sentido cristão?

E, pior que isso — por ser mais estranho e contraditório — quem não lamenta que os domingos do Ano Litúrgico estejam a ser progressivamente absorvidos pelos objectivos que dias *mundiais* ou *diocesanos* disto e daquilo pretendem atingir, sem que haja o mínimo respeito pela Palavra de Deus e pela catequese que a Liturgia propõe para cada domingo? E que pensar das celebrações festivas das memórias de Santos que ainda se continuam a fazer nas solenidades do Natal, Páscoa e Pentecostes?

O Concílio recomenda os *actos de piedade* do povo cristão, mas determina que tais actos tenham em conta os tempos litúrgicos, se inspirem na Liturgia e a ela conduzam os fiéis (SC 13). Ao fim de 20 anos de reforma conciliar, que revisão se terá feito neste sentido?

A Constituição sobre a Liturgia diz textualmente, no n. 20: «Façam-se com discrição e dignidade, e sob a direcção de pessoa competente, para tal designada pelos Bispos, as transmissões radiofónicas ou televisivas das funções sagradas, especialmente da Missa».

Salvo raras e honrosas excepções, onde estão as pessoas competentes e *designadas* pelos Bispos, a presidirem às Missas dominicais ou outras transmitidas pela nossa Rádio e pela nossa Televisão?

E se das Missas passarmos a outras celebrações, o panorama não se alterará, de certo, substancialmente, mesmo que estas celebrações sejam difundidas pela nossa emissora católica Rádio - Renascença.

Por que não estará ainda institucionalizada, nos meios de comunicação mais importantes, a figura de um perito devidamente credenciado? ⁽¹⁾

9. Sobre a Música Sacra, esse «tesouro de inestimável valor», que constitui «parte necessária e integrante da Liturgia solene» (SC 112), muito haveria a dizer também, mas o programa deste Encontro prevê

(1) Por que não se procedeu ainda no nosso País ao estudo de um directório que defina critérios e oriente acções concretas, a nível nacional?

outro momento para se reflectir sobre ela. Aguardemos, pois. Não passo adiante sem reconhecer sentidamente a falta que nos fazem os Padres Manuel Luís e Manuel Faria. Se já não éramos ricos, ficámos muito mais pobres.

10. A Constituição sobre a Liturgia dedica o capítulo VII à Arte Sacra e considera-a como uma das mais nobres actividades do espírito humano (SC 122).

Ordena aos Ordinários de lugar que, para emitirem um juízo sobre as obras de arte, ouçam o parecer da Comissão de Arte Sacra e de outras pessoas particularmente competentes (126).

Participando numa comissão diocesana de Arte Sacra há mais de vinte anos, não me falta experiência para introduzir este assunto. Devo dizer, desde já, que, na Comissão Diocesana a que pertenço, sempre houve um architecto e um engenheiro, — nem se entenderia que fosse de outra forma.

A nível de Secretariado Nacional tem havido nos últimos anos uma preocupação séria e um esforço efectivo em ordem a pôr a funcionar uma Comissão Nacional de Arte Sacra, em ligação íntima com o Secretariado Nacional de Liturgia. Quando estava constituído o grupo e se esperava o início dos seus trabalhos, — cuja urgência ninguém, com certeza, desconhece, — o respectivo coordenador, P.^o Albino Mamede Cleto, foi nomeado e ordenado Bispo Auxiliar de Lisboa. Voltou, pois, tudo à primeira forma, como é de supor.

Quanto à construção, restauro, ampliação ou conservação das nossas igrejas e capelas muito haveria a contar. Limito-me a reconhecer que a preocupação teológica e litúrgica maior do Concílio, que é o lugar primeiro dado ao Povo de Deus e à assembleia que o concretiza, ainda não tenha chegado aos projectistas e construtores das nossas igrejas, que continuam a dispor a assembleia como se ela só existisse para ver o que se passa no altar e ouvir o que se lê e se diz no ambão. As pessoas continuam a situar-se em espaços mais ou menos rectangulares e de costas umas para as outras, sem a mínima consciência comunitária.

Se o relevo do *altar* é procurado com maior ou menor acerto, já o mesmo não está a acontecer com o ambão, que não passa, em muitos casos, de uma vulgar e insignificante estante de música, colocada a um dos lados do altar sem preocupação pelo valor cimeiro da Palavra de Deus e pelas legítimas conveniências da assembleia cristã.

Mal situada também, como regra, a presidência, o sacrário, o grupo de cantores, o baptistério.

Quanto às *imagens*, que continuam a ser expostas legitimamente à veneração dos fiéis, diz, a Constituição (278) que deve haver o cuidado de não aumentar exageradamente o seu número e de as dispôr de modo a não distraírem os fiéis da celebração. E não poderá, segundo a Constituição, haver mais do que uma imagem do mesmo Santo. Ainda não há muito estive numa igreja paroquial, relativamente pequena, que ostentava nada menos que 20 imagens, 7 das quais dedicadas a Nossa Senhora, sendo duas destas sete em honra de N.ª S.ª de Fátima!...

Há igrejas e capelas modernas que «resolveram» o problema das imagens reduzindo-as a zero. A virtude não parece estar em nenhum destes extremos, naturalmente.

11. A Liturgia não se fecha em si mesma. Destina-se não só ao louvor de Deus mas também à formação e santificação das pessoas. E estas são influenciadas pelas condições de vida e pelas correntes culturais que dominam em cada época. Vivemos numa Europa em ritmo apressado de secularização. É manifesta a crise moral e religiosa do nosso Continente. As suas instituições políticas e sociais separaram-se do espírito cristão e servem valores que nem sempre respeitam o sentido humano da vida e da sociedade.

Uma reforma tão profunda e tão extensa como a do Vaticano II não se concretiza facilmente. Já o P. Botte dizia que era «uma ilusão perigosa pensar que basta à Igreja fazer uma mudança brusca para tornar-se, depois disso, uma comunidade de santos». (*Notitiae*, 202, p. 169)

Concluo esta breve introdução dando à pergunta *Que falta fazer?* a resposta dada por Mons. Virgílio Noé, Secretário da Secção do Culto Divino da Congregação dos Sacramentos:

Falta dar «o passo mais difícil e mais longo, porque dura toda a vida: é necessário entrar em profundidade na nova Liturgia, para depois fazer entrar o povo, criando nele a disponibilidade às novas formas, a fim de que possa viver o seu conteúdo íntimo e intensamente» (*Notitiae*, n. 202, p. 269).

ANÍBAL RAMOS

Sagrada Congregação dos Sacramentos e Culto Divino

Prot. n. CD 1200/83

D E C R E T O

Uma vez promulgado o Código de Direito Canónico, graças ao qual a Igreja pode realizar melhor a sua missão específica segundo o espírito e a doutrina do Concílio Vaticano II, os livros litúrgicos mantêm a sua validade, como o diz o cânon 2 do próprio Código. Se, no entanto, se encontrarem nos livros litúrgicos algumas coisas contrárias aos cânones do Código, devem ser emendadas.

Foi por isso que a Sagrada Congregação dos Sacramentos e Culto Divino, através da secção do Culto Divino, à qual compete ordenar a sagrada Liturgia para toda a Igreja latina sob o aspecto pastoral e ritual, mandou preparar algumas modificações a introduzir nas novas edições dos livros litúrgicos, de acordo com o Código de Direito Canónico recentemente promulgado.

A mesma Sagrada Congregação dos Sacramentos e Culto Divino aprovou as modificações levadas a efeito, e mandou que elas fossem tornadas públicas e fielmente observadas por todos aqueles a quem dizem respeito.

Não obstante qualquer disposição em contrário.

Palácio da Sagrada Congregação dos Sacramentos e Culto Divino,
12 de Setembro de 1983.

Cardeal JOSÉ CASORIA
Prefeito

† VIRGÍLIO NOË
Arc. tit. de Voncaria
Secretário

Modificações a introduzir nas novas edições dos livros litúrgicos em língua portuguesa, de acordo com o novo Código de Direito Canónico

I. NA INSTRUÇÃO GERAL DO MISSAL ROMANO

- n. 42 Nos domingos e festas de preceito, há-de fazer-se homília em todas as Missas que se celebram com participação do povo, *a qual não pode omitir-se a não ser por causa grave*. Fora disso, é recomendada... Normalmente, a homília é feita pelo próprio sacerdote celebrante.
- n. 56, h) É muito para desejar que os fiéis recebam o Corpo do Senhor com hóstias consagradas na mesma Missa... como participação efectiva no sacrifício celebrado nesse momento (44).
- n. 153 A concelebração, que é uma oportuna manifestação da unidade do sacerdócio e do sacrifício, bem como da unidade

(+) As palavras em *itálico* indicam as modificações a introduzir nos livros litúrgicos; os três pontos... significam o texto que, nos livros litúrgicos, não é modificado; as notas ao texto dos livros litúrgicos no fundo das páginas mantêm-se, a não ser que se indique outra coisa.

(44) Cf. S. Congr. dos Ritos, *Inst. Eucharisticum Mysterium*, n. 31 e 32; sobre a possibilidade de comungar de novo no mesmo dia; cf. C. I. C., can. 917.

de todo o povo de Deus, está prescrita pelo próprio rito *na ordenação de um bispo ou de um presbítero e na Missa crismal*.

Além disso ela é recomendada, a não ser que a utilidade dos fiéis exija ou aconselhe outra coisa:

- a) na quinta-feira da Semana Santa na Missa vespertina;
- b) na Missa nos Concílios, nas Assembleias dos Bispos e nos Sínodos;
- c) na Missa da bênção de um abade;
- d) na Missa conventual e na Missa principal nas igrejas e oratórios;
- e) na Missa nas reuniões sacerdotais, quaisquer que elas sejam, tanto de sacerdotes seculares como de religiosos (62).

- n. 155 Segundo as normas do direito, é da competência do Bispo regulamentar a disciplina da concelebração na sua diocese, inclusive nas igrejas e oratórios dos religiosos isentos (64).

(O resto do n. é suprimido)

- n. 211 Não se celebre sem a presença de um ministro *ou, ao menos, de um fiel*, a não ser por *causa justa e razoável*. Neste caso, omitem-se as saudações e a bênção no fim da Missa.

- n. 242, 6) Na administração do Viático, ao enfermo e a todos os presentes, quando a Missa é celebrada em casa do enfermo;

- n. 255 *Todas as igrejas* devem ser solenemente *dedicadas ou ao menos benzidas. Mas as igrejas catedrais e paroquiais devem ser sempre dedicadas*. Os fiéis hão-de ter na maior estima... são chamados a edificar e dilatar.

(62) Cf. Conc. Vat. II, Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, n. 57; C. I. C., can. 902.

- n. 262 *Numa igreja haverá normalmente um altar fixo e dedicado, que deve ficar afastado da parede, de modo a permitir... as atenções de toda a assembleia dos fiéis (81).*
- n. 265 Os altares, fixos ou móveis, *devem ser dedicados segundo os ritos prescritos nos livros litúrgicos. No entanto, os altares móveis podem ser simplesmente benzidos.*
(O resto do n. é suprimido)
- n. 266 Mantenha-se o costume de depor, por baixo do altar *a dedicar*, relíquias dos Santos, mesmo não Mártires. Haja, porém, o cuidado de se certificar da autenticidade de tais relíquias.
- n. 267 *Os outros altares* devem ser em número reduzido. Em igrejas novas, procure-se colocá-los em capelas de algum modo separadas da nave da igreja (82).
- n. 277 A santíssima Eucaristia deve guardar-se num único tabernáculo, *inamovível e sólido, não transparente e fechado de tal modo que se evite ao máximo o perigo de profanação.* Por isso, como norma, deve haver, em cada igreja, um só tabernáculo (89).
- n. 282 O pão destinado à celebração da Eucaristia deve ser *trigo puro, recentemente confeccionado*, e, de acordo com a antiga tradição da Igreja latina, pão ázimo.

II. NOS PRELIMINARES DA ORDENAÇÃO DAS LEITURAS DA MISSA

- n. 25 Nos dias prescritos, isto é, nos domingos e festas de preceito, mesmo nas Missas vespertinas do dia anterior, deve fazer-se homilia em todas as Missas que se celebram

(89) Cf. Inst. *Eucharisticum mysterium*, n. 52; Inst. *Inter Oecumenici*, n. 95; Inst. *Nullo unquam tempore*, n. 4; Ritual Romano, Sagrada Comunhão e Culto Eucarístico fora da Missa, n. 10; C. I. C., can. 938.

com o concurso do povo, *a qual não pode omitir-se a não ser por causa grave* (52). Mesmo nas Missas com crianças e com grupos particulares deve fazer-se homilia (53).

Muito se recomenda a homilia nas férias do Advento, da Quaresma e do Tempo Pascal, para os fiéis que participam regularmente na celebração da Missa, e ainda noutras festas e ocasiões em que o povo vai à igreja com maior frequência (54).

III. NO RITUAL DA SAGRADA COMUNHÃO E CULTO DO MISTÉRIO EUCARÍSTICO FORA DA MISSA

- n. 8 Procurem os pastores que, *a não ser que obste uma razão grave*, as igrejas em que se conserva a santíssima Eucaristia segundo as normas do direito, estejam abertas todos os dias durante bastantes horas e no tempo mais oportuno do dia, para que os fiéis possam orar facilmente diante do Santíssimo Sacramento (10).

- n. 10 A santíssima Eucaristia deve ser guardada num tabernáculo *inamovível e sólido, não transparente e fechado de tal modo que se evite ao máximo o perigo de profanação*. Como norma, haja um único tabernáculo em cada igreja e oratório, *situado nalguma parte da igreja ou do oratório que seja digna, visível, devidamente adornada e apta para a oração*.

Quem tiver o cuidado da igreja ou do oratório providencia para que a chave do sacrário, em que se conserva a santíssima Eucaristia, seja guardada com toda a cautela (11).

(O resto do número é eliminado)

- n. 11 A presença da santíssima Eucaristia no tabernáculo deve ser indicada por um véu ou de outra maneira conveniente, determinada pela autoridade competente.

Diante do tabernáculo em que se conserva a santíssima Eucaristia esteja continuamente acesa uma lâmpada especial, com que se indique e honre a presença de Cristo.

(10) Cf. *Inst. Eucharisticum mysterium*, n. 51; C. I. C. can. 937.

(11) Cf. *Ibidem*, n. 52 e 53; C. I. C., can. 938.

Segundo o costume tradicional, a lâmpada *será alimentada, na medida do possível, com azeite ou cera* (12).

- n. 14 Devem levar-se os fiéis a comungar na própria celebração eucarística.

Contudo, os sacerdotes não se recusem a dar a sagrada comunhão, mesmo fora da Missa, aos fiéis que a pedirem *por justa causa* (2).

Pelo contrário... é permitido administrá-la unicamente sob a espécie do vinho (3).

- n. 21 Na distribuição da sagrada comunhão... a que o fiel responde: «Amen».

No que se refere à distribuição da sagrada comunhão sob a espécie do vinho, observem-se com exactidão as normas *litúrgicas* (12).

- n. 23 A Eucaristia... sem antes ter feito a confissão sacramental (13). No caso de *haver razão grave e de faltar a oportunidade para se confessar*, faça antes um acto de contrição perfeita, com propósito de confessar, *quanto antes*, todos os pecados mortais que no presente não pode confessar... sobretudo na Missa (14).

- n. 24 Os que vão comungar, não devem receber o sacramento a não ser que estejam em jejum, *pelo menos há uma hora, de alimentos e de bebidas, excepto água e remédios*.

As pessoas de idade avançada e as que padecem de alguma doença, e ainda quem as trata, podem receber a santíssima Eucaristia, mesmo que dentro da hora anterior tenham tomado alguma coisa (15).

- n. 83 Durante a exposição do Santíssimo Sacramento, é

(12) Cf. *Inst. Eucharisticum mysterium*, n. 57; C. I. C., can. 940.

(12) Cf. *Instrução Geral do Missal Romano*, n. 242; *Inst. Sacramentali Communionem*, n. 6.

(15) Cf. C. I. C., can. 919 § 1 e 3.

proibida celebração da Missa na mesma nave da igreja *ou oratório*.

Com efeito... permaneçam em adoração (5).

- n. 86 Nas igrejas e *oratórios* em que se conserva a Eucaristia, recomenda-se que se faça todos os anos uma exposição solene do Santíssimo Sacramento... e adore mais intensamente este mistério.

Contudo, tal exposição faça-se apenas se se prevê uma concorrência razoável de fiéis (6).

- n. 91 O ministro ordinário da exposição... e repô-lo depois, *o acólito ou outro ministro extraordinário da sagrada comunhão ou qualquer outro designado pelo Ordinário do lugar*.

Todos estes podem fazer a exposição... Mas não lhes é permitido dar a bênção com o Santíssimo.

- n. 101 Nas procissões em que a Eucaristia é levada solenemente... Santíssimo Sacramento.

Compete ao *Bispo diocesano* julgar não só da oportunidade... a este Sacramento santíssimo (12).

- n. 102 Entre as procissões... a norma do direito.

Se, no entanto, a cidade for muito grande e a necessidade pastoral o aconselhar, é permitido, o juízo do *Bispo diocesano*... lugares mais apropriados.

IV. NOS PRELIMINARES GERAIS DA INICIAÇÃO CRISTÃ

- n. 10 Por isso,... o padrinho,... deverá possuir,... os requisitos seguintes:

1) *ter sido designado pelo próprio batizando ou pelos pais ou por quem faz as vezes destes ou, na falta deles, pelo pároco ou ministro, e possuir aptidão e intenção de desempenhar este múnus;*

2) ter suficiente maturidade para exercer este múnus, o que se presume se já completou 16 anos de idade, a não ser que outra idade tenha sido determinada pelo Bispo diocesano, ou ao pároco ou ao ministro, por justa causa, pareça dever admitir-se exceção;

3) ter recebido os três sacramentos da iniciação, Batismo, Confirmação e Eucaristia, e levar uma vida consentânea com a fé e o múnus que vai desempenhar;

4) não ser o pai ou a mãe do baptizando;

5) haver um só padrinho ou uma só madrinha, ou ou então um padrinho e uma madrinha;

6) pertencer à Igreja católica e não estar impedido pelo direito de exercer este ofício. Um baptizado não pertencente a uma comunidade católica e possuidor da fé em Cristo, pode ser admitido juntamente com um padrinho católico (ou com uma madrinha católica) como testemunha cristã do Baptismo, se os pais o desejarem (19 bis). Quanto aos orientais separados, tenha-se em conta a disciplina especial para as Igrejas orientais.

n. 11 Os ministros ordinários do Baptismo são os Bispos, os Presbíteros e os Diáconos.

1) Na celebração deste sacramento, lembrem-se de que agem, na Igreja, em nome de Cristo e pelo poder do Espírito Santo. Sejam, por isso, diligentes na transmissão da Palavra de Deus e na realização do mistério.

2) Evitem também toda a atitude que possa, com direito, ser interpretada pelos fiéis como aceção de pessoas (20).

(19 bis) Cf. C. I. C., can. 873 e 874 § 1 e 2.

3) *Excepto em caso de necessidade, não confiram o Baptismo sem a devida licença, em território alheio, nem mesmo aos seus súbditos.*

V. NO RITUAL DO BAPTISMO DAS CRIANÇAS

n.º 8 Pelo que diz respeito ao tempo de administração do Baptismo... a índole do rito seja claramente manifestada.

Por isso:

1) Se a criança se encontra em perigo de morte, seja baptizada quanto antes, *o que é lícito fazer, mesmo sem o acordo dos pais, e mesmo no caso de filhos de pais não católicos. O Baptismo é então conferido segundo o modo adiante estabelecido (n.º 21).*

2) Nos outros casos os pais, *ao menos um deles ou quem legitimamente fizer as suas vezes, devem consentir no Baptismo. Para preparar como convém a celebração do sacramento, informem quanto antes o pároco, e se for necessário mesmo antes do nascimento do filho, acerca do futuro Baptismo.*

3) A celebração do Baptismo faça-se dentro das primeiras semanas após o nascimento da criança. *Se faltar totalmente a esperança fundada de que ela irá ser educada na religião católica, difira-se o Baptismo, segundo as prescrições do direito particular (cf. n.º 25), explicando-se aos pais o motivo.*

4) *Quando faltam as condições acima indicadas (cf. 2) e 3)), pertence ao Pároco, tendo em conta... assumir o compromisso de as educar na fé cristã.*

n.º 11 Pertence no entanto *ao Ordinário do lugar, depois de ouvir o pároco, permitir ou mandar que haja também fonte baptismal noutra igreja ou oratório dentro dos limites da*

paróquia. Compete normalmente ao pároco celebrar também o Baptismo nestes lugares.

No entanto, quando por causa da distância ou outras circunstâncias, o baptizado não puder, sem grave incómodo, ir ou ser transportado, o Baptismo pode e deve ser conferido noutra igreja ou oratório mais próximo, ou ainda noutro lugar decente, observadas as regras que dizem respeito ao tempo e à estrutura da celebração (cf. n. 8-9; 15-22).

- n. 12 *Exceptuado o caso de necessidade, não se celebre o Baptismo em casas particulares, a não ser que o Ordinário do lugar, por causa grave, o permita.*

VI. NO RITUAL DA INICIAÇÃO CRISTÃ DOS ADULTOS

- n. 8 Além d'isso, dado que a iniciação cristã... celebrados fora destes tempos.

(Eliminar a nota 3)

- n. 34 De acordo com o antiquíssimo uso, conservado na própria liturgia romana, não se baptize o adulto sem que, imediatamente depois do Baptismo, *a não ser que obste uma causa grave*, receba a Confirmação (cf. n. 44). Por esta conexão... vêm aos baptizados.

- n. 44 Compete ao Bispo (20),... É para desejar que, na medida do possível,... celebre ele próprio o rito da eleição e, na Vigília pascal, os sacramentos da iniciação, *ao menos dos que já completaram catorze anos de idade*. Finalmente, ao seu múnus de pastor compete... para celebrarem os exorcismos menores.

(Eliminar a nota 21)

- n. 66 Compete ao Bispo, na sua diocese... a admissão dos eleitos (cf. n. 44).

7) *Determinar a idade dos padrinhos, de acordo com o direito (28) (cf. Preliminares Gerais 10, 2).*

VII. NO RITUAL DA CONFIRMAÇÃO

- n. 5 Cada confirmando terá normalmente um padrinho... quanto possível, o da Confirmação. Assim se exprime... a seguir na sua diocese.

(Eliminar as palavras «abrogado o can. 796 § 1»)

- n. 7 O ministro *ordinário* da Confirmação é o Bispo. Habitualmente será ele quem administra o sacramento... dar testemunho de Cristo entre os homens.

Além do Bispo, possuem, de direito, a faculdade de confirmar:

a) *o prelado territorial e o abade territorial, o vigário apostólico e o prefeito apostólico, o administrador apostólico e o administrador diocesano, dentro dos limites dos seus territórios e durante a vigência dos seus cargos;*

b) *relativamente à pessoa de que se trata, o presbítero que, em razão do ofício ou por mandato do Bispo diocesano, baptiza alguém saído da infância, ou recebe o já baptizado na plena comunhão da Igreja católica;*

c) *relativamente aos que se encontram em perigo de morte, o pároco e mesmo qualquer presbítero.*

(Eliminar a nota 1)

- n. 8 *O Bispo diocesano administre a Confirmação pessoalmente ou diligencie para que seja administrada por outro Bispo; se a necessidade, porém, o exigir, pode conceder a um ou vários presbíteros determinados, a faculdade de administrarem este sacramento.*

(28) Cf. C. I. C., can. 874, § 1, 2.

Por causa grave, como acontece por vezes em virtude do número elevado de confirmandos, o Bispo, e também o presbítero que por direito ou peculiar concessão da autoridade competente tenha a faculdade de confirmar, podem em cada caso associar a si presbíteros que também administrem o sacramento.

É porém de desejar que se convidem presbíteros que:

a) ou exerçam na diocese um cargo ou ofício especial, por exemplo sejam *vigários gerais, vigários episcopais ou vigários forâneos;*

(Eliminar a nota 2)

b) ou sejam os párocos dos lugares... dos confirmandos.

n. 14 Os nomes dos confirmados, com a menção do ministro, dos pais e dos padrinhos, da data e do lugar da Confirmação, serão registados no livro dos confirmados da Cúria diocesana, ou, onde tal for prescrito pela Conferência dos Bispos ou pelo Bispo diocesano, no livro a conservar no arquivo paroquial; o pároco deve avisar o pároco do lugar do Baptismo, à cerca da Confirmação conferida, para que, segundo as normas do direito, se faça a anotação no livro dos baptismos.

n. 15 Se o pároco do lugar não estiver presente, o próprio ministro deve, por si ou por outrem, informá-lo, o mais breve possível, à cerca da Confirmação conferida.

VIII. NO RITUAL DA CELEBRAÇÃO DA PENITÊNCIA

n. 9 a) A Igreja exerce o ministério do sacramento da Penitência... o moderador da disciplina penitencial (40).

n. 12 b) O ministro competente para o casamento da Penitência é o sacerdote que tenha faculdade de absolver *segundo os cânones 967-975 do C. I. C.*, Todavia, todos os sacerdotes... em perigo de morte.

n. 12

O sacramento da Penitência *celebra-se ordinariamente, a não ser que surja uma causa justa*, na igreja ou oratório.

No que respeita ao sítio das confissões, a Conferência dos Bispos estabelecerá normas, tendo porém o cuidado que haja sempre, em lugar patente, confessionários munidos de uma grade fixa entre o penitente e o confessor, e que possam ser utilizados livremente pelos fiéis que assim o desejem.

Não se ouçam confissões fora do sítio das mesmas, a não ser por causa justa (43 bis).

n. 31

A confissão individual e íntegra e a absolvição *constituem o único modo ordinário de o fiel, consciente de ter cometido um pecado grave, se reconciliar com Deus e com a Igreja. Só uma impossibilidade física ou moral dispensa* desta forma de confissão, podendo neste caso obter-se a reconciliação também por outros modos.

Não se pode dar a absolvição geral simultânea a vários penitentes sem prévia confissão individual, a não ser que:

a) *esteja iminente o perigo de morte, e não haja tempo para um ou mais sacerdotes ouvirem a confissão de cada penitente;*

b) *haja necessidade grave, isto é, quando em razão do número de penitentes, não há confessores suficientes para ouvir, de maneira conveniente, as confissões de cada um, dentro de um tempo aceitável, de sorte que os penitentes, sem culpa própria, sejam obrigados a estar privados, durante muito tempo, da graça sacramental ou da sagrada comunhão; não se considera existir necessidade suficiente quando não podem estar presentes confessores bastantes pelo único motivo de grande afluência de penitentes, como pode acontecer nalguma grande festa ou peregrinação (45).*

n. 32

Compete ao Bispo diocesano julgar se existem as condições requeridas no n. 31, o qual, tendo em conta os critérios

(43 bis) Cf. C. I. C., can. 964.

(45) Cf. C. I. C., can. 960 e 961 § 1.

estabelecidos de comum acordo com os outros membros da Conferência dos Bispos, pode determinar os casos em que se verifique tal necessidade (46).

(Eliminar o resto do número, que vai de «Além dos casos» até «absolvição dada»)

- n. 33 *Para que o fiel possa usufruir validamente da absolvição sacramental dada em conjunto a vários, requiere-se não só que esteja devidamente disposto, mas que, ao mesmo tempo, proponha a si próprio confessar, na devida altura, cada um dos pecados graves, que, no momento presente, não pôde assim confessar.*

Instruir-se-ão os fiéis, quanto possível, mesmo no momento de receberem uma absolvição geral, acerca das exigências acima mencionadas e far-se-á preceder esta absolvição colectiva, ainda em caso de perigo de morte, se houver tempo, de uma exortação a fim de que, cada um, procure fazer um acto de contrição (47).

- n. 34 *Aqueles a quem os pecados graves são perdoados por uma absolvição geral, aproximem-se da confissão individual logo que para isso se apresente a ocasião, antes de receberem nova absolvição geral, a não ser que sejam impedidos por justa causa. Todavia,... confessado individualmente (48).*

- n. 38 *As Conferências dos Bispos compete,... Nesta matéria compete às Conferências dos Bispos:*

a) *Estabelecer normas acerca da disciplina do sacramento da Penitência, sobretudo no que se refere ao ministério dos sacerdotes.*

(Suprimir: «e à reservação dos pecados»)

(46) Cf. C. I. C., can. 961 § 2.

(47) Cf. C. I. C., can. 962 § 1 e 2.

(48) Cf. S. Congr. para a Doutrina da Fé, *Normae pastorales circa absolutionem sacramentalem generali modo impertiendam*, n. VII e VIII; C. I. C. can. 963 e 989.

b) Determinar mais em pormenor as normas quanto ao *sítio* para a celebração habitual do sacramento da Penitência (cf. *acima* n.º 12) e quanto aos sinais de penitência que os fiéis devem manifestar na absolvição geral (cf. *acima* n. 35; cf. *também* n. 14 bis).

c) Preparar uma tradução dos textos que seja verdadeiramente adaptada... conservando integralmente a fórmula sacramental.

n. 39 Ao Bispo diocesano compete:

a) Ser o moderador... na própria Conferência dos Bispos.

b) *Determinar, tendo em conta condições fixadas pelo direito (cf. acima n. 31) e critérios estabelecidos em comum com os outros membros da Conferência dos Bispos, os casos de necessidade em que é lícito dar a absolvição sacramental de modo geral (55).*

n. 40 Aos presbíteros... da comunidade ou da assembleia (por ex., de crianças, doentes, etc.).
(Omitir o texto da alínea c).

Apêndice I

n. 1 *Quando o sacerdote, segundo a norma do direito, absolve no foro sacramental, de uma censura «latae sententiae», um penitente convenientemente disposto, a fórmula da absolvição não deve ser mudada mas basta que tenha a intenção de absolver também das censuras. Pode contudo o confessor, antes de absolver os pecados, dar a absolvição da censura pela fórmula que abaixo se indica, para uso fora do sacramento da Penitência.*

(55) Cf. S. Congr. para a Doutrina da Fé, *Normae pastorales circa absolutionem sacramentalem generali modo impertiendem*, n. V; C. I. C., can. 961 § 1 e 2.

XI. NO RITUAL DA UNÇÃO E PASTORAL DOS DOENTES

- n. 12 A santa Unção *dar-se-á* também às crianças suficientemente dotadas do uso da razão para poderem ser confortadas por este sacramento. *No caso de se duvidar se elas atingiram o uso da razão, conferir-se-á o sacramento* (8 bis).
- n. 14 Aos enfermos que tiverem perdido os sentidos ou o uso da razão, *dar-se-á* o sacramento, se se julgar que, se estivessem no uso das faculdades, *eles teriam pedido, ao menos implicitamente*, como crentes, a santa Unção (9).
- n. 15 O sacerdote, chamado para um doente que já tenha falecido, ore por ele ao Senhor, para que lhe perdoe os pecados e o receba misericordiosamente no seu reino, mas não lhe administre a Unção. Quando se duvida se o enfermo já está realmente morto, *administre-se-lhe o sacramento segundo o rito abaixo descrito* (n. 159) (10).
Não se dará a Unção dos doentes àqueles que perseveram obstinadamente em pecado grave manifesto.
- n. 16 O ministro próprio da Unção dos doentes é apenas o sacerdote (11).
Os Bispos, os párocos e *os vigários paroquiais, os capelães dos hospitais* e os superiores das comunidades religiosas clericais, exercem o serviço deste ministério de modo ordinário (12).
- n. 17 Pertence a estes ministros... administrar a Unção aos mesmos doentes.
Cabe ao *Bispo diocesano* a ordenação das celebrações em que se reúnem *vários doentes* para receber *conjuntamente* a santa Unção.

(8 bis) Cf. C. I. C., can. 1005.

(9) Cf. C. I. C., can. 1006.

(10) Cf. C. I. C., can. 1005.

(11) Cf. Conc. Trid., Sessio XIV, De extrema unctione, cap. 3 e can. 4; DENZ-SCHON. 1697 e 1719; C. I. C., can. 1003 § 1.

(12) Cf. C. I. C., can. 1003 § 2.

n. 18 *Por motivo razoável, qualquer sacerdote pode administrar este sacramento, com o consentimento, ao menos presumido, do ministro referido acima, no n. 16, o qual informará a seguir.*

n. 21 Na Unção dos doentes deve usar-se... da Sé Apostólica. Além do Bispo, podem, por direito, benzer o Óleo a utilizar na Unção dos doentes:

a) aqueles que, por direito, são equiparados ao Bispo diocesano;

b) em caso de necessidade, qualquer presbítero, *mas na própria celebração do sacramento* (14).

A bênção do Óleo dos doentes é feita ordinariamente pelo Bispo em Quinta-feira Santa (15).

n. 26 Ao passar desta vida... ao Pai (16).

n. 29 Os ministros ordinários do Viático são o pároco e os vigários paroquiais, os capelães, e ainda, para todos os que se encontram na casa, o superior da comunidade nos institutos religiosos de clérigos ou nas sociedades de vida apostólica.

Em caso de necessidade ou com licença ao menos presumida do ministro competente, qualquer sacerdote ou diácono dará o Viático; e se não houver ministro sagrado, qualquer fiel devidamente deputado.

O diácono usa o mesmo rito descrito no Ritual (n.º 93-105) para o sacerdote; os restantes, porém, seguem o rito descrito no Ritual da Sagrada Comunhão e Culto do Ministério Eucarístico fora da Missa (n. 68-78) para o ministro extraordinário.

(14) Cf. C. I. C. can. 999.

(16) Cf. S. Congr. dos Ritos Inst. *Eucharisticum mysterium*, n. 36, 39, 41.

(Eliminar o resto da nota).

n. 31 No caso de o doente ter de receber o sacramento da Confirmação... que se indica nos nn. 160-161.

Em perigo de morte, goza, por direito, da faculdade de confirmar, *o pároco e mesmo qualquer presbítero* (18).

n. 35 Lembrem-se os sacerdotes... e ajudá-los com a maior caridade (24). Sobretudo ao administrar os sacramentos... despertem os restantes para as realidades do céu.

n. 80 (RP 106) Quando o estado do doente o permitir, e particularmente quando estiver para comungar, pode conferir-se a santa Unção dentro da Missa, quer na igreja, quer também na casa do doente ou na casa de saúde, em local apto.

n. 83 (RP 109) O rito que abaixo se descreve pode usar-se... nas casas de saúde.

Mas se, conforme o parecer do *Bispo diocesano*, muitos doentes houverem de receber ao mesmo tempo a santa Unção, o Ordinário, ou o seu delegado... tomem parte na administração do sacramento.

n. 94 (RP 120) É permitido administrar o Viático ao doente, quer dentro da Missa, se se fizer a celebração eucarística na casa dele (n. 26), quer fora da Missa, segundo o rito e as normas que se seguem.

(*Suprimir as palavras «conforme o parecer do Ordinário»*)

(RP, página 110: substituir o título «A UNÇÃO SOB CONDIÇÃO» por «A UNÇÃO QUANDO SE DUVIDA SE O DOENTE AINDA ESTÁ VIVO»)

n. 135 (RP 159) No caso de o sacerdote duvidar se o doente ainda está vivo, *dê-lhe* a Unção deste modo:...

E dá-lhe imediatamente a Unção, *dizendo*:

POR ESTA SANTA UNÇÃO...

que melhor se adapte às disposições do doente (n. 103)

(*Suprimir as palavras «se está vivo»*)

(18) Cf. *Ritual da Celebração da Confirmação*, Preliminares, n. 7 c.

(24) C. I. C., can. 529 § 1.

X. NO RITUAL DA DEDICAÇÃO DA IGREJA E DO ALTAR

No cap. V: Ritual da bênção da igreja

- n. 1 É conveniente que os edifícios sagrados ou igrejas, que se destinam, de maneira estável, à celebração dos divinos mistérios, sejam dedicados a Deus segundo o Ritual da Dedicção da igreja, descrito nos capítulos II e III, que tem importância excepcional pela eficácia dos ritos e dos símbolos.

Os oratórios, capelas ou edifícios sagrados, que, por circunstâncias especiais, só temporariamente se destinam ao culto d'vino, convém que sejam benzidos segundo o Ritual que a seguir se descreve.

XI. NO RITUAL DA BÊNÇÃO DOS ÓLEOS DOS CATECÚMENOS E DOS ENFERMOS E CONSAGRAÇÃO DO CRISMA

- n. 8 O óleo a utilizar na Unção dos enfermos deve ser ben-zido com essa finalidade pelo Bispo ou por um presbítero que, por direito ou por especial concessão da Santa Sé, goze dessa faculdade.

Por direito podem benzer o óleo a utilizar na Unção dos enfermos:

a) aqueles que, por direito, *são equiparados* ao Bispo diocesano;

b) em caso de necessidade, qualquer presbítero, *mas na própria celebração do sacramento*.

XII. NO RITUAL DA PROFISSÃO RELIGIOSA

Nos Preliminares

- n. 4 O noviciado, pelo qual começa a vida *no instituto* (6),

(6) C. I. C., can. 648.

é um tempo de experiência, tanto para o noviço como para a sua família religiosa... Deve fazer-se fora da Missa.

- n. 5 Segue-se a primeira profissão, pela qual o noviço promete, por votos temporários, diante de Deus e da Igreja, seguir os conselhos evangélicos. Os votos temporários podem fazer-se dentro da Missa, mas sem qualquer solenidade especial. Deve prever-se, no rito da primeira profissão, a entrega quer do hábito, quer de outros distintivos da vida religiosa, de acordo com o antiquíssimo costume de o entregar terminado o tempo de provação. O hábito é, com efeito, um sinal de consagração (7).
(O resto do n. é eliminado)

Na primeira parte: Ritual da Profissão dos Religiosos

- n. 14 O rito descrito neste capítulo... os noviços fazem a primeira profissão (cf. Preliminares, n. 5).
(Suprimir o asterisco e a nota do fundo da página 23)

Na Segunda parte: Ritual da Profissão das Religiosas

- n. 14 O rito descrito neste capítulo... as noviças fazem a primeira profissão (cf. Preliminares, n. 5).
(Suprimir o asterisco e a nota no fundo da página 73)

Na Terceira parte: Ritual da Promessa

(Suprimir todo o Rito da promessa, descrito nas pp. 95-109 da edição típica latina)

XIII. NO RITUAL DA CELEBRAÇÃO DAS EXÉQUIAS

- n. 14 bis *A celebração das exéquias far-se-á para os catecúmenos, e pode igualmente ser concedida, conforme o can. 1183 C. I. C.:*

a) às crianças que os pais tencionavam baptizar, mas que morreram antes do baptismo;

b) *aos batizados pertencentes a alguma Igreja ou comunidade eclesial não católica, segundo o prudente juízo do Ordinário do lugar, a não ser que conste da vontade deles em contrário, e desde que não possa encontrar-se ministro próprio.*

n. 15 Aqueles que tiverem optado pela cremação... motivações contrárias à vida cristã.

(Eliminar o resto da frase e a nota 3)

Estas exéquias celebram-se... indiferentismo religioso.

XIV. NA INSTRUÇÃO GERAL SOBRE A LITURGIA DAS HORAS

n. 29 Por conseguinte, os bispos, os presbíteros e os *diáconos que aspiram ao presbiterado*, que receberam da Igreja o mandato (cf. n. 17) de celebrar a Liturgia das Horas, *são obrigados* (114 bis) *a rezar* diariamente o seu ciclo completo... bem como as Completas, com as quais terminam o «Serviço Divino» e se encomendam ao Senhor antes de recolher ao leito.

n. 30 *Os diáconos permanentes, aos quais o mandato da Igreja também diz respeito*, recitem todos os dias a parte da Liturgia das Horas determinada pela Conferência dos Bispos (116).

Tradução de LEÃO CORDEIRO

(114 bis) Cf. C. I. C., can. 276 § 2, 3 e 1174 § 1.

(116) Cf. C. I. C., can. 276 § 2, 3; Paulo VI, *Motu proprio, Sacrum Diaconatus ordinem*, n. 27.